

Bahia Ferrovias S.A

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

Bahia Ferrovias S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Índice

2	Relatório da Administração
5	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
10	Balanço patrimonial
11	Demonstração do resultado
12	Demonstração do resultado abrangente
13	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
14	Demonstração dos fluxos de caixa
15	Demonstração do valor adicionado
16	Notas explicativas às demonstrações contábeis
40	Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira

Relatório da Administração

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Contexto

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, fundamentado na Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), referente aos investimentos com prazos determinados. A ANTT forneceu uma devolutiva entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. A formalização do aditivo e a previsão de incidência de eventual impacto financeiro no montante da outorga encontra-se em discussão administrativa junto à diretoria ANTT, para fins deliberativos. As análises e impactos financeiros do pleito ainda estão sendo avaliados pela Administração da Companhia. Até o momento, não foram realizadas avaliações junto à ANTT quanto à modelagem e métrica para mensuração do eventual acréscimo à outorga. A discussão restringe-se ao reconhecimento ou não da incidência do acréscimo à outorga. Considera-se, após a conclusão do processo na esfera administrativa, o encaminhamento para arbitragem, conforme definido no Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 146.031 (2023, R\$ 89.000) e apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 15.835 (2023, R\$ 187.940). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. ("BAMIN"), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Relatório da Administração

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro ("Projeto PdF") segue em desenvolvimento, com a Administração da BAMIN revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro ("Mina PdF"), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da BAMIN de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da BAMIN mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A BAMIN também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 595.502.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

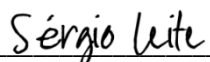
Relatório da Administração

31 de dezembro 2024

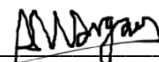
(Em milhares de reais)

Diretores

Os diretores em exercício durante o período das demonstrações contábeis, bem como até a data de sua assinatura em 9 de maio de 2025 estão indicados a seguir:



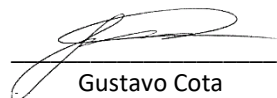
Sérgio Leite
Diretor Presidente



Alexandre Aigner
Diretor Financeiro



Eduardo Ledsham
Diretor



Gustavo Cota
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas da
Bahia Ferrovias S.A.
Salvador – Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Continuidade do Projeto Pedra de Ferro

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve que o Projeto Pedra de Ferro - projeto que envolve a extração e beneficiamento de minério de ferro em Caetité (BA), transporte através da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1”) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para exportação – entrou em um período de conservação e manutenção e os investimentos necessários para conclusão do projeto deverão ser retomados apenas com a entrada de investidores estratégicos. Desta forma, a continuidade da implementação do referido Projeto Pedra de Ferro está atrelada a uma transação futura e entrada de novos investidores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 2202-6135
ey.com.br

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Ênfase”, determinamos que o assunto descrito abaixo sendo um dos principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Análise de *impairment* do Projeto Pedra de Ferro

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, 10 e 11, a Companhia tem realizado investimentos relevantes na implantação e construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1”), que vai do município de Caetitê (BA) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para escoamento e exportação da produção de minério de ferro da controladora Bahia Mineração S.A.. Conforme divulgado na nota explicativa 1, a Companhia entrou em um período de manutenção e os investimentos necessários para conclusão do projeto deverão ser retomados apenas com a entrada de investidores estratégicos. Como consequência, toda a projeção de fluxos de caixa da Companhia foi revista, incluindo a data esperada de início das operações.

Considerando a subjetiva envolvida nas premissas utilizadas na preparação da projeção de fluxos de caixa, incluindo, entre outros: (i) receitas e custos projetados; (ii) taxa do dólar norte americano; e (iii) taxa de desconto. O julgamento profissional envolvido nessas premissas pode levar ao risco de certos ativos estarem mensurados por valores superiores aos seus respectivos valores de realização. Em função desses aspectos, consideramos a avaliação de *impairment* do Projeto Pedra de Ferro como um principal assunto de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
[Tel:+55 71 2202-6135](tel:+55712202-6135)
ey.com.br

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) análise das principais premissas utilizadas na projeção de fluxos de caixa da Companhia, bem como revisão da sua respectiva acuracidade matemática; (ii) envolvimento dos nossos especialistas para revisão da taxa de desconto utilizada pela Companhia; (iii) leitura das atas de reunião do Conselho com o objetivo de compreender os planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iv) inspeção das autorizações regulatórias obtidas juntos a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres requeridas conforme o contrato de concessão; e (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a avaliação de *impairment* do Projeto Pedra de Ferro, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 2202-6135
ey.com.br

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 9 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial

31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.009	245.653
Adiantamentos	6	6.373	3.314
Tributos a recuperar	7	11.817	-
Outros ativos	9	3.681	2.694
		23.880	251.661
Não circulante			
Tributos a recuperar	7	-	16.129
Depósitos judiciais	8	3.961	3.690
Outros ativos	9	117	323
		4.078	20.142
Imobilizado	10	461.689	267.699
Direito de uso	11	29.613	30.548
Intangível	12	226	173
		491.528	298.420
Total do ativo		519.486	570.223
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	30.866	55.375
Obrigações tributárias e sociais	14	6.391	7.831
Partes relacionadas	16	2.446	515
Outros passivos		12	-
		39.715	63.721
Total do passivo		39.715	63.721
Patrimônio líquido			
Capital social	17	595.502	595.502
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	30.300	-
Prejuízos acumulados		(146.031)	(89.000)
		479.771	506.502
Total do passivo e patrimônio líquido		519.486	570.223

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	18	(68.579)	(81.320)
Outras receitas (despesas), líquidas		(24)	860
Prejuízo operacional		(68.603)	(80.460)
Receitas financeiras		11.648	47.830
Despesas financeiras		(76)	(125)
Resultado financeiro	19	11.572	47.705
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(57.031)	(32.755)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(57.031)	(32.755)
Prejuízo básico e diluído por ação básico (em R\$)	20	(0,10)	(0,06)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(57.031)	(32.755)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(57.031)	(32.755)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		595.502	-	(56.245)	539.257
Prejuízo do exercício		-	-	(32.755)	(32.755)
Em 31 de dezembro de 2023		595.502	-	(89.000)	506.502
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	30.300	-	30.300
Prejuízo do exercício		-	-	(57.031)	(57.031)
Em 31 de dezembro de 2024		595.502	30.300	(146.031)	479.771

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(57.031)	(32.755)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	10 e 12	882	806
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10 e 12	372	8
Variações no capital circulante			
Adiantamentos	6	(3.059)	(3.204)
Tributos a recuperar	7	4.312	(11.432)
Depósitos judiciais	8	(271)	(3.563)
Fornecedores	13	(24.497)	28.295
Obrigações tributárias e sociais	14	(1.440)	126
Partes relacionadas	16	1.931	(1.531)
Outros ativos	9	(781)	(429)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(79.582)	(23.679)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(194.263)	(193.530)
Aquisição de intangível	12	(99)	(120)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(194.362)	(193.650)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	30.300	-
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		30.300	-
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(243.644)	(217.329)
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	245.653	462.982
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício	5	2.009	245.653

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita	349	-
Outras receitas	349	-
Insumos adquirido de terceiro	(33.256)	(36.158)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.256)	(36.158)
Valor adicionado bruto	(32.907)	(36.158)
Depreciação, amortização e exaustão	(882)	(805)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(33.789)	(36.963)
Recebido de terceiros		
Receita financeira	11.648	48.690
Valor adicionado recebido em transferências	11.648	48.690
Valor adicionado total a distribuir	(22.141)	11.727
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	18.225	22.551
Benefícios	9.472	11.479
FGTS	1.484	1.860
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.555	8.363
Estaduais	-	7
Municipais	78	129
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	76	93
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos do exercício	(57.031)	(32.755)
Distribuição do valor adicionado	(22.141)	11.727

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, fundamentado na Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), referente aos investimentos com prazos determinados. A ANTT forneceu uma devolutiva entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. A formalização do aditivo e a previsão de incidência de eventual impacto financeiro no montante da outorga encontra-se em discussão administrativa junto à diretoria ANTT, para fins deliberativos. As análises e impactos financeiros do pleito ainda estão sendo avaliados pela Administração da Companhia. Até o momento, não foram realizadas avaliações junto à ANTT quanto à modelagem e métrica para mensuração do eventual acréscimo à outorga. A discussão restringe-se ao reconhecimento ou não da incidência do acréscimo à outorga. Considera-se, após a conclusão do processo na esfera administrativa, o encaminhamento para arbitragem, conforme definido no Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1.

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro ("Projeto PdF") segue em desenvolvimento, com a Administração da BAMIN revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro ("Mina PdF"), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional (continuação)

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOLE 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da BAMIN de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da BAMIN mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOLE 1 e do Porto Sul. A BAMIN também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 9 de maio de 2025.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

A Companhia realizou a adoção inicial às normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* em 1º de janeiro de 2021, sem qualquer impacto no patrimônio líquido e prejuízo líquido decorrentes dessa adoção inicial.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, transações com pagamentos baseados em ações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, perda em estoques e ajuste a valor presente.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de preparação (continuação)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas do IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Declaração de relevância

Somente as informações relevantes às demonstrações contábeis estão sendo divulgadas, refletindo os critérios utilizados pela Administração na gestão das atividades da Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 do CPC, no Brasil.

2.3. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui os recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Essa avaliação considera o suporte financeiro contínuo do Grupo ERG, através do acionista controlador, Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), que tem assegurado a manutenção das operações da Companhia.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Os investimentos em andamento, como a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”) – Trecho 1, reforçam o compromisso do Grupo ERG e da BAMIN com sua estratégia de crescimento e viabilidade operacional no longo prazo.

Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.4. Novas normas, interpretações e revisões emitidas

A Companhia também aplicou uma série de alterações às normas IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis.

Alteração ao IAS 7 / CPC 03 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)

A Bahia Ferrovias adotou as alterações à IAS 7 / CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 / CPC 40 (R1) — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores pela primeira vez no exercício corrente.

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 / CPC 03 (R2) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.

Adicionalmente, a IFRS 7 / CPC 40 (R1) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A Bahia Ferrovias adotou as alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1), publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis — Passivo Não Circulante com *Covenants*

A Bahia Ferrovias adotou as alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1), publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações contábeis entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

Alteração à IFRS 16 / CPC 06 (R2) — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"

A Bahia Ferrovias adotou as alterações à IFRS 16 / CPC 06 (R2) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 / CPC 06 (R2) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 / CPC 47 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 / CPC 06 (R2) e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 / CPC 47 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 / CPC 23 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 / CPC 06 (R2) pela primeira vez.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

Alteração à IFRS 16 / CPC 06 (R2) — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback” (continuação)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21 / CPC 02 (R2) – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a entidade estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo. A entidade pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa. Exemplos de uma taxa de câmbio observável incluem:

- a taxa de câmbio à vista para qualquer fim, exceto para aquele para o qual a entidade avalia a conversibilidade; e
- a primeira taxa de câmbio na qual a entidade consegue obter a outra moeda para o fim específico após a conversibilidade da moeda ter sido restaurada (primeira taxa de câmbio subsequente).

A entidade que usa outra técnica de estimativa pode usar qualquer taxa de câmbio observável (incluindo taxas de transações de câmbio em mercados ou mecanismos de câmbio que não criam direitos e obrigações exequíveis) e ajustar essa taxa, conforme necessário, para atender o objetivo descrito acima.

Quando uma entidade estima uma taxa de câmbio à vista porque a moeda não é conversível por outra moeda, a entidade deve divulgar informações que permitem aos usuários das suas demonstrações contábeis entender como o fato de a moeda não ser conversível por outra moeda afeta, ou deve afetar, o desempenho financeiro, condição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações acrescentam um novo apêndice como parte integrante da IAS 21 / CPC 02 (R2). O novo apêndice inclui orientações de aplicação das exigências introduzidas pelas alterações. As alterações também acrescentam novos Exemplos Ilustrativos que acompanham a IAS 21 / CPC 02 (R2), que ilustram como a entidade pode aplicar algumas das exigências em situações hipotéticas com base nos fatos limitados apresentados. Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 / CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 / CPC 02 (R2) revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A entidade não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das Demonstrações Contábeis Primárias (*Primary Financial Statements* “PFS”)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas Demonstrações Contábeis Primárias e notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare Demonstrações Contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado, em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (“MEP”) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado, em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial (continuação)

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de Demonstrações Contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

2.5 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$") foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria "mesurados ao custo amortizado". A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Instrumentos financeiros (continuação)

(a) Ativos financeiros (continuação)

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são contabilizadas no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.8 Adiantamentos

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que envolvem a aquisição compulsória de propriedades pela Companhia para os fins de construção da infraestrutura e superestrutura da FIOOL, são instrumentos garantidores de que os proprietários dos imóveis receberão uma compensação justa pela propriedade desapropriada. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor justo no ativo não circulante, uma vez que a Companhia avalia que os recursos permaneceram indisponíveis por um período superior a um ano.

2.11 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Imobilizado (continuação)

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

2.12 Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.13 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

2.16 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas (continuação)

(b) Perda (*impairment*) do direito de exploração da subconcessão

O direito de exploração da subconcessão é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

(c) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O Contrato de Subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam o risco de taxa de juros

- Cenário atual e que é adotado pela Companhia: taxa do CDI em 13,50% em 31 de dezembro de 2024;
- Cenário II: Conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na taxa do CDI, passando para 10,13%; e
- Cenário III: Ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a taxa do CDI utilizada nesse cenário é reduzida em 50%, passando para 6,75%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade à taxa de juros e efeito no resultado em 31 de dezembro de 2024:

Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Cenário atual	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	13,50%	Baixa do CDI	11.648	8.736	5.824

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Companhia. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

	Total em 31 de dezembro de 2024	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	30.866	30.866	-	-

	Total em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	55.375	55.348	-	27

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação as obrigações de desempenho junto ao contrato de concessão, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

A gestão de capital da Companhia compreende a aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. A companhia não possui dívidas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta dívidas com empréstimos e financiamento com terceiros.

(e) Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e transações entre partes relacionadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, incluindo a sua forma de mensuração e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		2024	2023
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	2.009	245.653
		2.009	245.653
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	30.866	55.375
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	2.446	515
		33.312	55.890

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

Hierarquia do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Recursos em caixa	5	1
Depósitos bancários à vista	22	258
Aplicações financeiras de curto prazo	1.982	245.394
	2.009	245.653

Os títulos e valores mobiliários correspondem a aplicações financeiras em renda fixa, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, remuneração média de 102,83% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2024 (remuneração média de 102,91% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 / IAS 7.

6. Adiantamentos

	2024	2023
Fornecedores	6.323	3.196
Empregados	50	118
	6.373	3.314

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

IRRF¹ sobre aplicações financeiras
PIS² e COFINS³ não cumulativo
Saldo negativo de IR⁴ (i)

2024	2023
3.906	16.113
9	16
7.902	-
11.817	16.129
(11.817)	-
-	16.129

(i) Corresponde ao saldo de imposto de renda a compensar após a Companhia realizar a retenção de IR sobre aplicações financeiras tendo apurado prejuízo fiscal no período. A Companhia está realizando esse valor, mensalmente, através da compensação de outros tributos federais.

8. Depósitos judiciais

Desapropriações

2024	2023
3.961	3.690

O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 3.961 (2023, R\$ 3.690) refere-se a processos legais de desapropriações de áreas da faixa de domínio da FIOL.

9. Outros ativos

Seguros
Outras contas a receber

2024	2023
3.796	3.015
2	2
3.798	3.017
(3.681)	(2.694)
117	323

¹ Imposto de Renda Retido na Fonte.

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Imposto de Renda.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Imobilizado em construção (i)	Benfeitorias	Outros	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2023	69.981	2.004	2.127	74.112
Adições (ii)	193.526	-	939	194.465
Transferências	-	(164)	164	-
Baixas	-	-	(8)	(8)
Em 31 de dezembro de 2023	263.507	1.840	3.222	268.569
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2023	-	(1)	(91)	(92)
Depreciação	-	(369)	(409)	(778)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(370)	(500)	(870)
Saldo contábil				
Custo total	263.507	1.840	3.222	268.569
Depreciação acumulada	-	(370)	(500)	(870)
Em 31 de dezembro de 2023	263.507	1.470	2.722	267.699
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	263.507	1.840	3.222	268.569
Adições (ii)	195.114	-	84	195.198
Baixas	-	-	(487)	(487)
Em 31 de dezembro de 2024	458.621	1.840	2.819	463.280
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2024	-	(370)	(500)	(870)
Depreciação	-	(370)	(466)	(836)
Baixas	-	-	115	115
Em 31 de dezembro de 2024	-	(740)	(851)	(1.591)
Saldo contábil				
Custo total	458.621	1.840	2.819	463.280
Depreciação acumulada	-	(740)	(851)	(1.591)
Em 31 de dezembro de 2024	458.621	1.100	1.968	461.689

- (i) Sob o Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, a Companhia tem por obrigação a finalização da construção dos ativos que compõe a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Desta forma, a Companhia tem principalmente despendido seus recursos em: (a) obras iniciadas de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; e (c) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOL, trecho 1. Tais recursos despendidos e citados anteriormente compõe o ativo em andamento da Bahia Ferrovias. O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei. 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"). A Agência Nacional de Transportes Terrestres forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (continuação)

(ii) Em 2024 houve a adição de imobilizado no total de R\$ 195.198 (2023, R\$ 194.465). Do total de adições do exercício, R\$ 935 (2023, R\$ 935) representa adições de capitalização de gastos, sem efeito caixa, diretamente ligados à finalização da construção dos ativos que compõem a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Enquanto R\$ 194.263 (2023, R\$ 193.530) representam o total de adições do imobilizado com efeito caixa.

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2024, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia procede esta avaliação pelo menos anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Companhia realizou a análise de *impairment* dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024. Foram identificados indicadores de *impairment* devido a revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e entrada em uma fase transitória de conservação e manutenção do Projeto PdF, conforme divulgado na nota 1. Devido a estes fatores, a Administração realizou análise dos fluxos de caixa projetados para o Projeto PdF, a fim de avaliar eventual necessidade de redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação durante o exercício. Com base nas análises realizadas, não foi necessário reconhecer nenhuma provisão de *impairment* no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Direito de uso

	Outorga da subconcessão (ii)	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2023		
Adições	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2023	32.730	32.730
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2023	(1.247)	(1.247)
Amortização (i)	(935)	(935)
Em 31 de dezembro de 2023	(2.182)	(2.182)
Saldo contábil		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	(2.182)	(2.182)
Em 31 de dezembro de 2023	30.548	30.548
Custo		
Em 1º de janeiro de 2024	32.730	32.730
Adições	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	32.730	32.730
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2024	(2.182)	(2.182)
Amortização (i)	(935)	(935)
Em 31 de dezembro de 2024	(3.117)	(3.117)
Saldo contábil		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	(3.117)	(3.117)
Em 31 de dezembro de 2024	29.613	29.613

(i) O valor amortizado em 2024 é de R\$ 935 (2023, R\$ 935). A amortização é com base no período de uso concedido a Bahia Ferrovia que é de 35 anos. Os valores referentes a amortização do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, são capitalizados.

(ii) A obrigação associada a Outorga do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, foi integralmente liquidada em pagamento único em agosto de 2021, não havendo assim passivo sobre esse direito de uso.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Softwares	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2023	87	87
Adições	120	120
Em 31 de dezembro de 2023	207	207
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2023	(6)	(6)
Amortização	(28)	(28)
Em 31 de dezembro de 2023	(34)	(34)
Saldo contábil		
Custo total	207	207
Amortização acumulada	(34)	(34)
Em 31 de dezembro de 2023	173	173
Custo		
Em 1º de janeiro de 2024	207	207
Adições	99	99
Em 31 de dezembro de 2024	306	306
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2024	(34)	(34)
Amortização	(46)	(46)
Em 31 de dezembro de 2024	(80)	(80)
Saldo contábil		
Custo total	306	306
Amortização acumulada	(80)	(80)
Em 31 de dezembro de 2024	226	226

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2024 não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia procede esta avaliação pelo menos anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Companhia realizou a análise de *impairment* dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024. Foram identificados indicadores de *impairment* devido a revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e entrada em uma fase transitória de conservação e manutenção do Projeto PdF, conforme divulgado na nota 1. Devido a estes fatores, a Administração realizou análise dos fluxos de caixa projetados para o Projeto PdF, a fim de avaliar eventual necessidade de redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação durante o exercício. Com base nas análises realizadas, não foi necessário reconhecer nenhuma provisão de *impairment* no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedor no mercado interno	30.866	55.375

Os principais parceiros de negócio da Companhia são fornecedores parceiros, envolvidos diretamente no projeto e execução de obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F do trecho 1 da FIOL. Assim como, não houve acordos de financiamento com fornecedores para os períodos divulgados.

14. Obrigações tributárias e sociais

	2024	2023
Participação nos resultados	2.495	3.723
Provisão de férias	1.457	1.415
Tributos retidos sobre serviços	1.825	1.866
Tributos sobre obrigações trabalhistas	614	707
Outros	-	120
	6.391	7.831

15. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

A Companhia identificou passivos contingentes associados a três autuações lavradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres por supostas infrações, resultando em multas devido ao não cumprimento de cláusulas estipuladas no contrato de subconcessão da FIOL 1. Após uma análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar valores para estes processos, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. O montante total envolvido nestes processos é estimado em aproximadamente R\$ 903 (2023, R\$ 903).

A Companhia identificou um passivo contingente relacionado à prorrogação das obrigações não financeiras da Bahia Ferrovias junto à ANTT. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Atualmente, a formalização do aditivo contratual e a eventual incidência de impacto financeiro na outorga estão em discussão administrativa junto à diretoria da ANTT. A decisão inicial da ANTT foi publicada por meio da deliberação nº 499, de 28 de novembro de 2024, e, em dezembro de 2024, a Companhia apresentou pedido de reconsideração da decisão. As análises e impactos financeiros em questão seguem em avaliação, sem que tenha havido, até o momento, definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual acréscimo à outorga. A discussão atual limita-se ao reconhecimento ou não da incidência desse acréscimo. Caso não haja resolução satisfatória na esfera administrativa, a Companhia considera encaminhar a questão para arbitragem, conforme previsto no Contrato de Subconcessão, trecho 1. Neste sentido, após análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar montantes para essa questão, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis.

Adicionalmente, a Companhia identificou passivos contingentes associados a processos judiciais intentados, envolvendo reclamações trabalhistas e ações indenizatórias com perdas esperadas consideradas possíveis, em montante total estimado em aproximadamente R\$ 2.379 (2023, R\$ 0).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2024	2023
Bahia Mineração S.A.	2.446	515

Em 31 de dezembro 2024 o saldo passivo de R\$ 2.446 (2023, R\$ 515) com partes relacionadas, decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN. O contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, renovado automaticamente em 2022, 2023 e 2024, e não contempla incidência de encargos financeiros.

Todas as operações realizadas foram efetuadas de acordo com as condições normais de mercado. As principais transações mantidas entre a Companhia, empresas ligadas e seus acionistas referem-se à prestação de serviços, serviços compartilhados e aluguéis.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia realizou despesas de R\$ 7.975 a título de remuneração do pessoal-chave da Administração, que são os diretores da Companhia, referente ao período janeiro até dezembro (2023, R\$ 11.994).

- Remuneração fixa: R\$ 4.551 (2023, R\$ 6.721).
- Participação nos resultados: R\$ 2.889 (2023, R\$ 4.298).
- Benefícios (plano de saúde, previdência privada, entre outros): R\$ 535 (2023, R\$ 975).

Remuneração por cargo

Em 2024

Cargo	Remuneração fixa	Participação nos resultados	Benefícios	Total
Diretores	4.551	2.889	535	7.975

Em 2023

Cargo	Remuneração fixa	Participação nos resultados	Benefícios	Total
Diretores	6.721	4.298	975	11.994

Distribuição por tipo de remuneração

- Remuneração fixa: 57% do total (2023, 56% do total).
- Participação nos resultados: 36% do total (2023, 36% do total).
- Benefícios: 7% do total (2023, 8% do total).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 595.502.

Ao longo do exercício de 2024, a Companhia recebeu do seu acionista controlador, Bahia Mineração S.A, o montante de R\$ 30.300, através transferência bancária referente a adiantamento para futuro aumento de capital social.

(b) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não auferiu lucros e não distribuiu dividendos.

(c) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a totalidade (100%) da composição acionária era detida pela Bahia Mineração S.A.

18. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Salários, férias, 13º salário e encargos	34.164	41.976
Consultorias, assessorias e serviços gerais	25.084	20.427
Viagens, estadias e eventos corporativos	1.052	6.510
Arrendamentos de curto prazo	4.349	4.957
Tributos	776	2.522
Depreciações e amortizações	836	778
Outros	2.318	4.150
	68.579	81.320

19. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	11.648	47.830
	11.648	47.830
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(76)	(125)
	(76)	(125)
	11.572	47.705

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2024	2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(57.031)	(32.755)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	595.501.851	595.501.851
Prejuízo básico por ação – em (R\$)	(0,10)	(0,06)

Diluído

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

	2024	2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(57.031)	(32.755)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	595.501.851	595.501.851
Prejuízo básico por ação – em (R\$)	(0,10)	(0,06)

21. Seguro

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros, para os bens sujeitos a riscos relevantes, por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos cobertos nas apólices de seguros, as especificações por modalidade de risco e o limite máximo de indenização está sendo demonstrada na tabela abaixo:

Modalidade	Limite máximo de indenização (em R\$)
Responsabilidade civil para diretores e administradores	80.000.000
Seguro garantia	375.003.389
Risco de engenharia	292.928.804
Responsabilidade civil geral e obras	67.000.000
Responsabilidade civil ambientais obras	20.000.000
Compreensivo empresarial	9.279.296
Aeronáutico	727.167

22. Evento subsequente

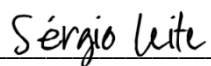
Em 4 de fevereiro de 2025, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 44.000.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu indenizações no montante de R\$ 6.493, relacionadas a descumprimento de contrato de construção.

Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira

31 de dezembro de 2024

Diretoria



Sergio Leite
Diretor Presidente



Alexandre Aigner
Diretor Financeiro



Eduardo Ledsham
Diretor

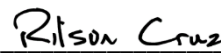


Gustavo Cota
Diretor

Gerência Geral Financeira



Pedro Machado
Gerente Geral de Finanças



Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5

